



Gregory Crewdson

Untitled (Merchants Row) - from the series 'Beneath the Roses'

Digital carbon print 144.8 x 223.5 cm

Gregory Crewdson, Courtesy Gagosian Gallery, New York

© Gregory Crewdson, 2010

A desumanização da Escola Pública e uma aparente e aterradora apatia dos seus agentes: Carta Aberta a todos os Professores (Contratados) portugueses

Caros Colegas,

Considerando a gravidade da situação que se vive nas escolas tomei por liberdade escrever-vos este texto - um espaço de alerta e, paralelamente, de alento, nestes momentos difíceis que muitos atravessam.

Coloquemos de lado, antes de mais, falsos moralismos, assim como ideologias políticas, já que essas tipologias de discurso em nada convergem para o que sempre tenho defendido como docente do ensino público desde 1999 - a Unidade, a Qualidade, a Verdade, a Justiça e a Divergência (enquanto elemento impulsionador de novas ações/fins). Toda a crítica à presente mensagem é bem-vinda, mas sejamos todos verdadeiros, comportando-nos pelo menos como “elemento fluido”, e não como mais um grão de areia num sistema que por si só já se encontra aos solavancos.

Centrar-me-ei, de seguida, em alguns dos problemas essenciais, que transversalmente dilaceram toda uma classe e um sistema formal tal como o conhecíamos até então - as transformações que se operam dentro das escolas (levadas a cabo pela tutela) e conseqüente reação dos mais diversos elementos da comunidade educativa (professores, educadores, pais, auxiliares, funcionários administrativos, etc.)

Ao contrário do que certos relatórios externos indicam, a classe docente tem vindo a sofrer, nos últimos anos, agressões contínuas, e o único privilégio vigente (diga-se regalia, nas “palavras” do FMI) continua a ser a verdade e a genuinidade do contacto direto com as nossas crianças, e, muitas das vezes, o constatar de como continuamos a ser verdadeiros motores de mudança pessoal e social em muitos dos nossos jovens.

Vivemos hoje, na Escola Pública, um verdadeiro processo de desumanização do ensino/aprendizagem. Temos docentes que lecionam a mais de 300 alunos, que detêm variadíssimos níveis de ensino para preparar, acumulando funções e funções sem que para tal tenham horas a elas destinadas, e mesmo corte após corte de financiamento, e de professores, as escolas continuam a tentar suprir todas as suas funções sociais e educativas,

com o mesmo fulgor. Mas à custa de quem? Do seu corpo docente e não docente, da qual destaco a inteira disponibilidade, e dedicação, dos seus professores. Encontramos, presentemente, em parte substancial do país salas de aula repletas de alunos, onde a circulação é praticamente impossibilitada pela acumulação de mesas, cadeiras e mochilas ... Salas com 30 alunos, que por mais que o professor deseje, e por muito que se esforce, nunca poderá, em tempo útil, apoiar devidamente. Deparamos com estabelecimentos de ensino sem recursos, onde a “fome” espreita em cada esquina (envergonhada), onde o aquecimento muitas das vezes escasseia, mas onde a energia e empenho dos professores, em ambiente de sala de aula, e fora dela, faz esquecer todas estas dificuldades. Encontramos ainda políticas educativas verdadeiramente “perversas”, que por um lado se vangloriam por promover valores de excelência e qualidade e, paralelamente, permitem que ao abrigo do ponto 3 do Artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 13-A/2012, cito “Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar qualquer área disciplinar, disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível, desde que sejam titulares da adequada formação científica e ou certificação de idoneidade nos casos em que esta é requerida” ...

Nos alunos o mesmo brilho no olhar de outros tempos, a mesma traquinice, talvez, em alguns, em momentos que a qualquer um passariam ao lado, uma nova sensação de tristeza, e vergonha, a que logo o professor reage, num posterior momento a sós, como o faria enquanto pai em apoio ao seu próprio filho. Nos Encarregados de Educação, outrora mais altivos e “senhores de si”, revejo agora, mais vezes, a fragilidade do desemprego desenhada nos seus rostos, e a procura, na escola, de um apoio transversal para toda a sua família. [E engane-se quem pensa que me estou a referir a apenas situações concretas do interior do país] ... Os funcionários administrativos desdobram-se entre papelada e aplicações eletrónicas (muitas delas “mais do mesmo”). As direções das escolas, e mega-agrupamentos, refugiam-se em gabinetes, numa tentativa faraónica de resolução diária dos problemas do dia anterior.

Ao contrário das velocidades e realidades díspares num mesmo país, verificamos, em uníssono, uma Escola Pública onde tudo se desenrola a um ritmo alucinante, onde todos os seus agentes, dia-a-dia, tudo fazem para satisfazer as necessidades permanentes de crianças e jovens. Mas qual o retorno que a restante sociedade civil dá a todos estes profissionais dedicados?

Alguém é capaz de encontrar, ou mesmo imaginar, algum espaço que reúna equipas tão altamente especializadas, nas mais diversas áreas do saber, como nas escolas? Qual a profissão que ano após ano vem ganhando o lugar cimeiro das profissões em que os portugueses mais confiam? Qual o eixo estruturante do desenvolvimento civilizacional?

Ouvia, nos últimos dias, num debate televisivo, um destacado comentador nacional a referir: Que país espera que depois de fustigar uma classe, ou uma geração, os melhores profissionais se mantenham nessa profissão, ou nesse país? Que país espera deter cientistas de ponta, que venham a competir com os melhores do mundo, se não lhes dá as mínimas condições de trabalho, de sustentabilidade, de estabilidade, e de recursos?

Tratando mal os Professores, e mais concretamente os Professores Contratados (que o estado condena a contratos sucessivos, ano após ano, sem qualquer perspectiva de emprego no ano seguinte, muitos deles altamente especializados) espera-se que os melhores profissionais se subjuguem a esta pressão, e desiludidos com o sistema, verdadeiramente ostracizados, se mantenham nas escolas e contribuam para a formação ao mais alto nível das nossas crianças e jovens na preparação dos mesmos para uma postura proativa para a incerteza de um mundo em refundação contínua?

Vejo, semana após semana, colegas e amigos Professores a partir ... Profissionais com qualidades assinaláveis, mão-de-obra essencial no nosso sistema de ensino ... A partir, ... muitos deles com as suas famílias ..., sentidos, revoltados ... Seres Humanos incrédulos com tudo o que se passou, em pouco mais de duas décadas: a promessa de um curso superior (com a abertura massiva, anos a fio, de escolas públicas e privadas de formação inicial de docentes); a atribuição em massa de habilitações para o ensino; a realidade de trabalho ano após ano (muitas das vezes com horários completos, e contratos a terminar no dia 31 de agosto e início de um novo no dia subsequente) por vezes durante mais de uma década; as viagens prolongadas pelo país (anos a fio, “pagando para trabalhar” só na tentativa de acumular mais algum tempo de serviço), e ... o doloroso e impiedoso acalantar (diria quase “obsceno”), por parte do Ministério da Educação, da tão afamada vinculação ao sistema (custeando formações como as do âmbito das “Profissionalizações em Serviço”, entre outras de regime de formação contínua ...

investindo capital público em cada docente que agora tenta dispensar). Um “vale tudo” ministerial na procura de mão-de-obra especializada a baixo custo, pensando que a capacidade reativa destes docentes é pouca, ou mesmo nula ... Sim, a História sustenta esta ideia ... Só mesmo no tempo de Maria de Lurdes Rodrigues a reação da classe tomou forma, e, na verdade, todos sentiram necessidade de mostrar a sua indignação na rua ...

Mas uma questão permanece, há vários meses, dentro de mim. Após as transformações operadas no sistema, pelo Ministério da Educação e Ciência, acima de tudo desde julho de 2012 (e as que se começam a avizinhar) o que esperam os Professores portugueses para mostrar ao Mundo a sua indignação? O que foi o “problema” da avaliação docente comparado com os que agora se colocam à Escola Pública, aos Alunos, aos Professores, aos Encarregados de Educação, ao Pessoal Não-docente, ... à Democracia Portuguesa?

O que esperam os Professores para reagirem a estas profundas transformações, que não serão revertidas nos próximos anos por qualquer governo de qualquer ideologia política? O que esperam os Professores Contratados portugueses, “espécie” em verdadeira extinção, para personificar a épica coragem do Povo Português, e iniciar uma ação colectiva, ímpar, que reestabeleça os valores de igualdade e justiça laboral?

O que será necessário para que os Professores (Contratados) saiam à rua em defesa da Escola Pública, dos seus alunos, mas também das suas famílias (sim, os Professores também têm família!) e da mínima estabilidade há muito merecida? Não haverá razões para se manifestarem? Não haverá razões para reagirem? Não haverá razões para se unirem em torno de ações coletivas já em curso por parte de associações profissionais, e outros agentes?

Estas são parte das questões que me assolam diariamente, nas longas deslocações que realizo para exercer as minhas funções de docente, entre a cidade de Vila Nova de Gaia e a vila de Alijó (Vila Real) ...

Ainda acredito nos Professores Contratados portugueses. Ainda acredito que há Seres Humanos capazes de abraçar causas comuns, e darem gratuitamente, e desinteressadamente, o seu tempo e energia em prol da defesa de valores sociais e humanos. Ainda acredito que por muito desânimo que possa existir num indivíduo, ainda existe dentro do mesmo uma pequena chama, que pode a todo o momento ser reavivada e aniquilar o sentimento de desistência já instituído dentro de si. Ainda acredito em todos vós, que se encontram a ler esta “comunicação” ...

Quando, há cerca de 7 meses, uma equipa de Professores se uniu e criou a Associação Nacional dos Professores Contratados (www.anvpc.org), fez nascer um embrião, mas que em poucos meses se tornou um Ser Ativo e Reativo. Portugal viu nascer a primeira associação profissional dedicada aos Professores Contratados portugueses. Os Professores Contratados portugueses viram surgir a chama que necessitavam para acalentar a sua ténue esperança de defesa das suas causas, que de tão específicas, muito poucos a elas se dedicavam arduamente ... Os Professores Contratados portugueses viram nascer um “balão de oxigénio”, uma voz a denunciar problemas que fazem parte do seu dia-a-dia e pareciam eternizados no tempo.

A ação da ANVPC fala por si. Em poucos meses realizou reuniões com todos os grupos parlamentares, com o MEC e com a Provedoria da Justiça, encontros de trabalho com Eurodeputados portugueses e com as Federações de Educação, e uma ação real de apresentação da precariedade docente portuguesa junto da Comissão Europeia. Colocou na comunicação social os problemas mais relevantes dos Professores Contratados portugueses, e despoletou a já real “Vinculação Extraordinária de Professores Contratados” (num ano atípico de Concurso Ordinário e cortes profundos na Educação). E tudo com um grupo de Professores que não detém qualquer hora destinada a este trabalho associativo, qualquer apoio institucional, uma equipa composta também por professores desempregados e outros a trabalhar a mais de uma centena de quilómetros da sua residência ... A ANVPC não prometeu, à partida, nada de novo, apenas a dedicação central de todos os seus membros aos problemas dos Professores Contratados portugueses. Uma ação de cidadania, que conta com a participação ativa de todos os seus associados, e com a transparência patente em todos os momentos da sua ação (www.anvpc.org/noticias).

Colegas, estamos, na realidade, a esgotar o tempo de ação! Todos devem ter verdadeira consciência deste facto. Urge tomar medidas para que no próximo ano letivo possamos ainda contar com Professores Contratados a termo, no nosso país. Possamos contar com todos esses docentes que se vêm manifestando como necessidades permanentes do sistema de ensino (com 5, 10, 15 ou mais de 20 anos de serviço), trabalhando para um Estado Europeu que estimula a precariedade dos seus cidadãos, mantendo professores com contrato a termo anos e anos a fio. Um Estado verdadeiramente desumano, que mantém em condição precária cidadãos altamente

especializados (muitos deles detentores de pós-graduações, mestrados e doutoramentos), e os trata como elementos meramente descartáveis, que usa, abusa e deita fora ...

Esta carta é apenas mais um texto que alguns tiveram a oportunidade de ler, é apenas mais um grito pessoal, e outrora silencioso, do que tem sido uma ação que venho desenvolvendo com muitos de vós, desde cerca de 2003, partindo da defesa do direito à “Profissionalização em Serviço”, até à defesa do mínimo de estabilidade e dignidade pessoal e profissional de profissionais realmente dedicados à causa pública, convergindo na recente criação da ANVPC – Associação Nacional dos Professores Contratados (www.anvpc.org).

Esta carta é apenas mais uma oportunidade para associar a esta luta nem que seja apenas mais um de vós, mais um “guerreiro” interessado nos valores de Unidade na ação, de Qualidade nessa ação, no estabelecimento da Verdade e da Justiça Laboral - na real defesa da Escola Pública portuguesa. Uma carta que se espera como uma ação divergente das demais já em campo, esperando captar alguns de vós desanimados com as propostas reais de defesa da classe há muito repetidas, muitas delas inconsequentes (algumas, façamos justiça, até por falta de participação dos próprios professores).

Temos, num curto espaço de tempo, dois momentos fulcrais para mostrarmos a nossa indignação, e não há já motivos plausíveis para “ficar em casa” de braços cruzados, e “língua afiada”. Aponto, de seguida, duas ações em que temos, desde já, todos, de participar.

- a) Envio de denúncias de precariedade laboral à Comissão Europeia. A ANVPC - Associação Nacional dos Professores Contratados encontra-se a apoiar os seus associados(as), e demais Professores Contratados, na apresentação de denúncias individuais em sede da Comissão Europeia, no sentido desta ser alertada para a alegada violação, por parte do governo português, da Diretiva 1999/70/CE do Conselho de 28 de Junho de 1999, relativamente ao desempenho de funções docentes por parte dos Professores Contratados. Mais pormenores em: <http://anvpc.org/inicio-do-processo-de-envio-de-denuncias-a-comissao-europeia-manual-de-instrucoes/>
- b) Participação na Manifestação do próximo dia 26 de janeiro (em Lisboa - transportes gratuitos assegurados pela FENPROF), onde todos deveremos estar presentes, para que desta forma se torne público o nosso desagrado quanto ao ataque desenfreado que se encontra a ser dirigido à Escola Pública, aos seus agentes e à qualidade de formação, e independência, de todos os cidadãos portugueses.

Colegas e Amigos, é momento de esquecer as divergências! É momento de unir todos os Professores Portugueses! É momento de abandonar os motivos que não nos fizeram, no passado, caminhar conjuntamente!

É momento de passares esta carta a todos os teus colegas e amigos, e sempre que a reencaminhares COLOCARES NO SEU FIM A TUA ASSINATURA E MAIS UM MOTIVO REAL, E PLAUSÍVEL, PORQUE ESTARÁS NA LUTA DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DOS PROFESSORES PORTUGUESES, NA DEFESA DE DEMOCRACIA, NA DEFESA DO SENTIDO CRÍTICO E DA INDEPENDÊNCIA DO NOSSO PAÍS!

Como agentes educativos temos a responsabilidade de lutar por estes ideais! Esse trabalho não se faz só dentro da sala de aula ...

Estamos Juntos, Estamos Vivos!

Um abraço amigo e de esperança num Futuro que todos nós poderemos ajudar a construir,

César Israel Paulo

[Docente Contratado no ensino público desde 1999 (grupo 600 - Artes Visuais) e elemento da Direção da ANVPC].

Aljô, 22 de janeiro de 2013